



TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - CALAMIDADE PÚBLICA

(Medida Provisória nº 1.221/2024 / inciso VIII, art. 75 da Lei nº 14.133/2021)

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Nota: O objeto a ser contratado deve ser limitado aos bens necessários para afastar o risco de prejuízo ou comprometimento da continuidade dos serviços prestados pelo Tribunal ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

Limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de calamidade.

Prazo de duração de até um ano, prorrogável por igual período, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a administração pública, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento da situação de calamidade pública.

Nos contratos de obras e serviços de engenharia com escopo predefinido, o prazo de conclusão do objeto contratual será de, no máximo, três anos.

1.1. Aquisição de 200kg de bicarbonato de sódio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Bicarbonato de sódio.	kg	200

1.3. Os itens do objeto devem ser agrupados em grupo¹?

- () Sim - Justificativa para o não parcelamento do objeto:
(x) Não

2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL²

A demanda está prevista no Plano de Gestão de Contratações – PGC?

1 O parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que a sua divisão seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala. O não parcelamento do objeto deverá ser devidamente justificado com a demonstração das razões técnicas, administrativas e econômicas que o inviabilize.

Devem ser considerados:

- a responsabilidade técnica;
- o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens.

2 O Plano de Contratações é regulamentado pela Portaria GP.TRT4 nº 2.349/2021, que estabelece quais tipos de contratação devem, obrigatoriamente, estar previstas no plano.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

() Sim: ID da Demanda nº _____ (x) Não

3 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Nota: Necessidade de pronto atendimento da situação de calamidade.

Na fundamentação da contratação deverá ser justificada a urgência de atendimento da situação calamitosa, indicando quais prejuízos poderão advir da ausência de providências céleres. É importante que a unidade requisitante deixe claro na instrução da contratação o motivo pelo qual deve ser realizada a contratação neste momento, indicando os prejuízos que o Tribunal teria caso aguardasse o trâmite normal.

3.1. Os elementos que fundamentam a presente contratação constam no Documento de Formalização da Demanda.

4 ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Após parecer técnico do restaurador, especialista em patrimônio documental, bibliográfico e artístico, Eutrópio Pereira Bezerra, contratado por esta Corte para recuperação dos processos atingidos pela enchente de maio/2024, optou-se pela utilização de mistura química para desinfecção e retardo na proliferação de fungos, após a lavagem inicial dos processos com escovas e detergente neutro. Trata-se de banho de desinfecção composto de água, vinagre e bicarbonato de sódio. Considerando os primeiros testes e modificações nos percentuais utilizados de cada produto, atualmente mergulham-se os lotes de processos, após lavagem, em mistura de 50% de água, 50% de vinagre e 26% de bicarbonato.

5 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Nota: A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem adotar processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável (artigo 2º). Logo, a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações não se refere apenas à inserção de especificações no objeto que tratem de questões ambientais, mas sim como um conceito mais amplo, que abrange aspectos econômicos, sociais e culturais.

Para conhecer os principais critérios de sustentabilidade nas contratações mais comuns do TRT4, bem como as práticas de sustentabilidade que podem ser observadas no processo da contratação, consulte o [Guia de Contratações Sustentáveis do TRT da 4ª Região](#).

5.1. A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

(x) Não



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

() Sim - Discrimine a seguir:

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazos e Condições:

Nota: Limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de calamidade.

Prazo de duração de até um ano, prorrogável por igual período, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a administração pública, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento da situação de calamidade pública.

Nos contratos de obras e serviços de engenharia com escopo predefinido, o prazo de conclusão do objeto contratual será de, no máximo, três anos.

Caso ocorra o fim da vigência do contrato e seja necessária a manutenção do objeto contratado, é vedada a recontração de empresa contratada anteriormente em razão da situação calamitosa.

6.1.1 Os produtos fornecidos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias úteis a contar do 1º dia útil subsequente ao envio da nota de empenho.

6.1.2 A entrega deverá ser realizada na rua Provenzano, 235, bairro Anchieta, CEP 90200-200, Porto Alegre – RS.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

DADOS DO SERVIDOR PARA COMBINAR A EXECUÇÃO/ENTREGA	
Nome	Renato Rios
Telefone	51 99342-5876
E-mail	memorial@trt4.jus.br

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto.

8.2. A contratada deverá efetuar cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.

8.2.1 Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

9 SANÇÕES APLICÁVEIS